

O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da Sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso em documentos oficiais

Conservatism and citizen formation: the approach of sexuality in elementary school facing discourse in official documents

Francisco Nunes de Sousa Moura¹

Raquel Crosara Maia Leite²

Resumo: Apesar da sexualidade pertencer ao desenvolvimento humano, desde a sua formação até o seu envelhecimento, ela ainda é considerada como um tabu dentro da sociedade e tema de constrangimento para o diálogo entre as pessoas. Assim, torna-se importante instigar o debate deste tema nos mais diversos ambientes da sociedade e, sobretudo, na educação escolar, a qual contribui na preparação de indivíduos para sua inserção na sociedade. Entretanto, essas indicações são efetivadas ao adicionar tal temática em propostas governamentais para a educação, no intuito de estimular a abordagem da sexualidade no currículo das instituições de ensino. Desta forma, esta pesquisa objetiva analisar como a temática sexualidade tem sido abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ambos para o Ensino Fundamental, diferenciando a abordagem da sexualidade na educação. Para efetivação desta pesquisa qualitativa, realizou-se uma análise documental nos PCN e na BNCC - documentos vigorados em 1997 e 2017, respectivamente, buscando identificar suas propostas para a abordagem da temática sexualidade. Averiguou-se a construção de um volume específico dos PCN para o ensino de sexualidade, intitulado volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. O material indica a inserção da temática em modelo transversal, ou seja, ao decorrer de todo o Ensino Fundamental, a perpassar distintas disciplinas curriculares. A BNCC, por sua vez, propõe a inclusão da temática apenas para a disciplina de Ciências, no 8º ano. Neste sentido, considera-se importante repensar sobre as formas de apresentação do tema sexualidade na Educação Básica, visto o retrocesso da abordagem na BNCC, limitando a uma disciplina e a um ano escolar específico.

Palavras-chave: PCN; BNCC; Diversidade Sexual.

Abstract: Although sexuality belongs to human development, from its formation to its aging, it is still considered as a taboo within society and a subject of embarrassment for dialogue between people. Thus, it is important to instigate the debate of this theme in the most diverse environments of society and, above all, in school education, which contributes to the preparation of individuals for their insertion in society. However, these indications are effective by adding such a theme in government proposals for education, in order to stimulate the approach of sexuality in the curriculum of educational institutions. Thus, this research aims to analyze how the theme sexuality has been approached in the National Curriculum Parameters (PCN) and the Common National Curriculum Base (BNCC), both for Elementary School, differentiating the approach of sexuality in education. To carry out this qualitative research, a documentary analysis was carried out in the PCN and BNCC - documents in force in 1997 and 2017, respectively, seeking to identify their proposals for the approach to sexuality. The construction of a specific volume of the NCP for the teaching of sexuality, entitled volume 10 - Cultural Plurality and Sexual Orientation. The material indicates the insertion of the theme in a cross-sectional model, that is, throughout the entire elementary school, to cross

1 Licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Educação de Crateús - Universidade Estadual do Ceará (FAEC/UECE). Mestrando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC) com bolsa FUNCAP. E-mail: nunes.moura@alu.ufc.br

2 Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Educação pela UFSC. Professora do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação Brasileira (PPGE/UFC) e do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (ENCIMA/UFC) Email: raquelcrosara@hotmail.com

different curricular subjects. The BNCC, in turn, proposes the inclusion of the theme only for the discipline of Sciences in the 8th grade. In this sense, it is considered important to rethink the forms of presentation of the theme sexuality in Basic Education, given the regression of the approach in the BNCC, limiting to one discipline and a specific school year. **Abstract:** PCN; BNCC; Sexual Diversity.

Considerações iniciais

A sexualidade acompanha o desenvolvimento do indivíduo desde a sua formação no útero até o seu envelhecimento. Como exemplo, se pararmos para pensar sobre alguns comportamentos sociais acerca deste sujeito em formação, ainda durante a gravidez, identificaremos a ansiedade da família para descobrir o “sexo” do bebê. Com o gênero designado, inicia-se o processo de agregá-lo a diversos estereótipos de comportamentos sexuais socialmente construídos e destinados aos meninos e às meninas. Com base na genitália, estrutura-se uma série de previsões aos gostos e comportamentos sociais, como a escolha e a repulsa às roupas com determinadas cores ou brinquedos utilizados para representar os papéis de gênero da criança.

Neste sentido, as crianças crescem e se tornam jovens e adultas imersas nas construções sociais sexistas, ou seja, com significados culturais que determinam as normas para vivência em sociedade (SÁ, 2016). Tais construções, muitas vezes, as impedem de compreender sua sexualidade quando esta diverge dos padrões cis-heteronormativos. Essa problemática é resultante de diversos fatores, um deles consiste na ausência do diálogo familiar quanto a outras possibilidades da sexualidade para além da classificação binária com pretensa base biológica. Percebe-se que, ao falar sobre esse tema, as famílias limitam seus diálogos com seus filhos às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), à gravidez indesejável e às alterações no corpo humano durante a puberdade (SAVERGNAGO; ARPINI, 2014).

Compreende-se essa limitação, identificada nas famílias, como reflexo de uma sociedade conservadora. De acordo com Nery et al. (2015), mesmo com a presença do discurso social da necessidade de incluir a temática sexualidade em debates nos diversos espaços da sociedade, essa ainda é caracterizada como tabu em decorrência do preconceito conservador arraigado na sociedade. Isso implica negativamente na construção do jovem cidadão, haja visto que ele não internaliza outros contextos da sexualidade, a reconhecer como necessária a adequação a padrões cis-heteronormativos.

Ao observar o contexto histórico, Foucault (1988) destaca o silenciamento da sociedade sobre sexualidade por centenas de anos, o que potencializa a inibição atual para a naturalização da abordagem deste tema em qualquer espaço. Este contexto é resultante de subsídios históricos agregados a ações políticas. Para o autor, há um “dispositivo de poder” no qual se reprime a sexualidade em virtude de considerá-la como ilegítima e inapropriada em discussões sociais. Assim, é importante a inserção desta temática em diversos espaços, principalmente, nas instituições de ensino, objetivando instigar o respeito ao próximo e a construção de ambientes democráticos. Desta forma, pretende-se também garantir o respeito à diversidade sexual, que apresenta urgência de abordagem na contemporaneidade (MARTINS; CASTRO, 2016).

Essa importância atribuída às escolas incide devido a relevância destas para moldar papéis sociais. Como descrito por Louro (1997), as instituições de ensino se configuram como um dos principais espaços para preparação cidadã do indivíduo. Isso é identificado, por muito tempo, nos seguimentos dessas instituições para formação de moldes aos sujeitos escolares.

Simultaneamente, torna-se de primordial importância as escolas estimularem as vivências entre os diversos sujeitos. Uma forma de propiciar a concepção da naturalidade social quanto a diversidade sexual é interagir com as suas distintas experiências (RIOS; DIAS; VIEIRA, 2019). Esse contato entre os sujeitos contribui para romper estereótipos sociais e suprimir atitudes violentas contra indivíduos que expressam a diversidade sexual, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+), vitimados por diversas agressões.

Segundo o relatório de levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2018 houve a morte de 420 LGBT+, no Brasil. Deste total, foram 320 assassinatos e 100 suicídios provocados pela LGBTfobia. Esse dado representa a morte de um LGBT+ a cada 20 horas, o que coloca o país no *ranking* mundial em crimes contra a diversidade sexual (MOTT; MICHELS; PAULINHO, 2019). Diante desses dados, observa-se a urgência de políticas públicas em defesa da população LGBT+. Contudo, no exercício do atual governo, percebe-se um movimento de supressão de políticas públicas direcionadas a assegurar o direito à diversidade sexual. Como exemplo, encontramos a Medida Provisória (MP 870/19) (BRASIL, 2019), referente a Secretaria dos Direitos Humanos, que denota a percepção da exclusão dos sujeitos LGBT+.

Não obstante, a padronização da sexualidade humana sustenta uma opressão histórica sobre as mulheres. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), mesmo possuindo níveis educacionais mais elevados que os homens, como também maior jornada de trabalho, as mulheres recebem salários menores e são minorias em cargos altos em empresas. O fato demonstra a reprodução da divisão sexual do trabalho na atualidade, onde o patriarcado cria condições abissais de desigualdade que favorecem o homem em detrimento das mulheres (CISNE, 2014). No âmbito da violência, o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) estima que 16,1 milhões de brasileiras sofreram violência entre os anos de 2016 e 2017 (SANTOS; GRELIN, 2017), sendo os ex ou atuais companheiros das vítimas os principais agressores.

Os casos de violências relatados corroboram a necessidade de dialogar sobre sexualidade em todos os ambientes, com o objetivo de sensibilizá-los ao respeito aos diferentes sujeitos e às diversidades sexuais. Pretende-se, assim, colaborar com a construção de um discurso livre de preconceitos e tabus sociais. Seguindo essa perspectiva, confirma-se a importância concreta desta temática no espaço escolar no intento de consolidar a preparação social dos alunos. Nos escritos de Beraldo (2003), destacam-se a relevância das escolas para intervirem em condutas e valores propagados pelas famílias. O espaço escolar pode propiciar reflexões a respeito dos distintos comportamentos atrelados aos diferentes gêneros, além de romper com o constrangimento e tabu entre pais e filhos, ao falar da temática. Assim, haveria uma transformação do comportamento que é passado de geração em geração.

Em seus estudos, Figueró (2006) aponta que o silenciamento dos professores sobre os debates acerca da sexualidade representa uma discussão proibida, o que prejudica a formação integral dos alunos. Essa omissão obriga os estudantes a buscarem informações em outras fontes para esclarecimento de dúvidas, muitas vezes, sem confiabilidade. Dessa forma, Louro (2018) afirma ser preciso uma “socialização sexual” para discutir a modelagem dos papéis masculinos e femininos, tal como a diversidade sexual ao longo da história e da cultura.

Nesta perspectiva, observa-se a importância das instituições de ensino abordarem a sexualidade em seus currículos, uma vez que sem essa inserção evidencia um caráter cis-heteronormativo como

padrão social nos meios acadêmicos. A invisibilidade da temática é proposta e incentivada por indivíduos conservadores, entre eles, religiosos, em que desobedecem ao princípio laico da Educação (ANDRADE, 2015). Desta forma, a inserção de temas da sexualidade na Educação Básica sofre com os valores e as normas morais, familiares, religiosas e culturais que permeiam a temática em destaque, oscilando entre avanços e retrocessos em políticas públicas (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Vale salientar que a decisão de inclusão desse tema no currículo escolar passa, primordialmente, por influência das reformas educacionais que estabelecem os conteúdos a serem abordados ao longo da Educação Básica. Esses documentos constituem importantes influências para incentivar as escolas a agregarem diversos temas em seus currículos, entre eles a sexualidade, assunto que deveria ser naturalizado para diálogo em sociedade ao longo da sua história.

Segundo Lima (2010), os documentos oficiais apresentam um discurso implantado na sua construção para atenderem a diferentes ideias existentes nas demandas de tempo que são produzidas e implementadas. Isso decorre porque o currículo oficial (proposta governamental) se volta a abordagens da formação cidadã para inserção do discente em sociedade. Portanto, é construído a partir de aspectos éticos, econômicos, políticos, sociais, culturais e outros para a preparação discente na Educação Básica (LOPES; MACEDO, 2011).

Seguindo os pressupostos anteriores, principalmente quanto a aspectos da sexualidade em propostas governamentais para a Educação, surgiu a necessidade de estudos voltados aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ambos para o Ensino Fundamental, com o intuito de identificar como esses dois documentos apresentam o ensino de sexualidade, pautando-se nos seguintes questionamentos: Como é proposto o tema sexualidade nos documentos PCN e BNCC? Quais são suas delimitações? Qual a consonância entre os documentos? Há divergências? Essas perguntas circundam o contexto de apresentação do tema em estudo e suas abordagens no decorrer das propostas governamentais.

Nesta perspectiva, a idealização desta pesquisa emergiu a partir da inserção de um aluno do Mestrado em Educação Brasileira, curso ofertado por uma universidade federal do Nordeste do Brasil, na disciplina Estágio de Docência. A observação e prática docente foi realizada na disciplina de Ensino de Ciências, do curso presencial de Pedagogia, na mesma universidade. Durante o percurso de participação na disciplina, propôs-se a comparação das informações explícitas, em relação à sexualidade nos PCN e na BNCC, para constatarem as diferenças sobre a abordagem do tema nos distintos documentos.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho incide em analisar como a sexualidade tem sido pautada na Educação Básica, etapa de Ensino Fundamental, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Analisa-se, portanto, as distintas abordagens sobre sexualidade, nas duas propostas curriculares de reforma para a Educação.

Nas entrelinhas do percurso metodológico

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem qualitativa, que segundo Malhotra (2001, p. 155) “[...] proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema [...]”. Este trabalho consiste na análise dos PCN (1997³) e da BNCC (2017) do Ensino Fundamental, os

3 Ano de vigência dos documentos.

quais constituem diferentes documentos oficiais do ensino básico em demandas de tempo diferentes. A comparação entre ambos os documentos decorre pela busca da explicitação do termo sexualidade nas duas propostas governamentais.

A escolha pelos PCN se deu pela sua forte influência na construção de diversas propostas governamentais - currículos municipais e estaduais, provas nacionais externas às escolas e outras atividades (GALIAN, 2014). A BNCC, por sua vez, passa a ser um novo documento a vigorar na Educação Básica, recebendo a mesma relevância nas reformas curriculares brasileiras. Ressalta-se que estes documentos são as duas únicas propostas governamentais que informam os saberes a serem aplicados ao longo do Ensino Fundamental, nível de ensino investigado na presente pesquisa.

Desta forma, realizou-se uma análise em ambos os documentos, que apresentam modificações na Educação Básica. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10), na análise documental “propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos”. Em nossa pesquisa, propomos a construção de conhecimento a partir da análise entre duas propostas governamentais, no intuito de constatar as percepções da abordagem do tema sexualidade nos distintos períodos de tempo das suas elaborações.

Como método de interpretação destes dados, utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD) que, de acordo com Moraes e Galiazzi (2006, p. 118), este tipo de averiguação “transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”. A ATD tem sido considerada um método de análise de dados emergentes, em que se torna preciso a construção de novos conhecimentos (MEDEIROS; AMORIN, 2017), como é o caso da importância da abordagem da temática sexualidade nas escolas.

Medeiros e Amorin (2017) destacam também que a ATD passa por três etapas de processamento, que são adotadas na presente investigação: a unitarização (fragmentação do texto para analisar explicitação e interpretação dos significados dados ao objeto de estudo); a categorização (possibilita a construção de categorias e subcategorias que possibilitem compreensão do assunto pesquisado); e a comunicação (que após realização das fases anteriores autêntica no meio científico e social as compreensões sob o fenômeno educacional investigado).

Desta forma, estruturou-se as leituras dos documentos, primeiro fragmentando a explicitação do termo sexualidade. Posteriormente, com o intuito de melhor compreensão da abordagem nos dois documentos oficiais, estabeleceu-se a divisão do trabalho em dois tópicos: “Parâmetros Curriculares Nacionais e a transversalidade do tema sexualidade” e “Base Nacional Comum Curricular e o enfraquecimento na consolidação da cidadania”. Por fim, a apresentação no meio científico da necessidade emergente de se abordar a temática sexualidade nos mais diversos espaços sociais.

Parâmetros Curriculares Nacionais e a transversalidade do tema sexualidade

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam um discurso de produção democrática. Porém, estes documentos são alvos de críticas por diversos docentes de escolas públicas de todo o país e estudiosos da educação, pois, na realidade, a sua elaboração ocorreu apenas por professores das escolas privadas de São Paulo, apoiados pelo espanhol César Coll (PORTELA, 2013). Contudo, a autora reconhece também uma organização coerente nos documentos para efetivar práticas educacionais, embora atenda ideologias dominantes.

Nas primeiras averiguações dos PCN, observou-se a divisão destes em 10 volumes, cada um contemplando uma área específica do conhecimento para os distintos anos do Ensino Fundamental. Neste contexto, à medida que houve a leitura dos títulos de cada volume, identificou-se uma unidade exclusiva voltada ao ensino de sexualidade nas escolas, intitulada: volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (BRASIL, 1997). Nos outros volumes, a citação da temática consiste em recortes e distribuição deste volume maior.

O tema orientação sexual, bem como trabalho e consumo, ética, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural são ofertados de forma transversal (BRASIL, 1997), ou seja, perpassando os múltiplos contextos das disciplinas obrigatórias. Percebe-se esta escolha como uma forma de potencializar a preparação cidadã dos alunos. Destaca-se que os temas transversais foram determinados a partir da comprovação de assuntos sociais emergentes. A seleção temática pretende intensificar estes diálogos na Educação Básica para reverter situações urgentes que prejudicam a consolidação social e a formação crítica dos discentes.

Reportando-nos ao PCN em destaque, orientação sexual, ele é dividido em duas partes, sendo a primeira voltada a aspectos gerais em torno da sexualidade e o segundo relacionado às propostas de conteúdo ao longo dos anos do Ensino Fundamental. Na seção inicial da primeira parte são postas as justificativas para classificar a sexualidade como um tema transversal. Entre as motivações, destacamos: o aumento de grupos sociais femininos, nos anos 70, em combate ao feminicídio, e o crescimento da publicação de artigos científicos, nos anos 80, pontuando os altos índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e a gravidez indesejada, ambos mais recorrentes entre os jovens.

Sfair, Bittar e Lopes (2015) considerarem importante a explicitação da orientação sexual nos documentos oficiais, entre eles os PCN. Os autores compreendem a escola como espaço de intervenção nos protocolos rígidos comportamentais arraigados na sociedade. Desta forma, a instituição escolar pode propiciar a mediação de relações pautadas no respeito entre os sujeitos e as diversas formas de expressão da sexualidade, sentimentos e emoções.

O documento em questão descreve, ainda, a ausência do diálogo familiar com os adolescentes sobre o assunto sexualidade, como também, a explicitação e contextualização deste assunto nas mídias de massa. Para destacar a relevância do tema para a sociedade, o documento apresenta acompanhamento de atitudes e posicionamentos das crianças agregados às múltiplas faces da temática destacada, como pontos norteadores para demonstrar a importância das escolas com tal abordagem em seus currículos. (BRASIL, 1997).

Ressalta-se, na primeira parte, a exibição de doze objetivos gerais para atender esta temática, abrangendo o reconhecimento e respeito às divergentes formas de atração sexual, assim como o seu direito à expressão. Como também, o reconhecimento dos distintos papéis sociais construídos e atribuídos aos homens e às mulheres ao longo do tempo, além da compreensão do funcionamento do corpo humano e das suas mudanças na puberdade. Há, ainda, a orientação para a procura e escolha de métodos contraceptivos e a indicação por respeitar as atitudes e decisões do parceiro. Por fim, há a identificação dos meios de contração das IST e a orientação para agir de forma solidária com portadores de IST (BRASIL, 1997).

Seguindo o contexto apresentado, observa-se a valorização dos PCN referente a abordagem da orientação sexual nas escolas, uma vez que essas são de caráter significativo na construção de conhecimento. Essa abordagem “[...] desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano” (BRASIL, 1997, p. 293).

Neste sentido, Cardoso, Silva e Silva (2016) percebem a vivência da sexualidade como parte de um contexto cultural, histórico e social. Logo, à medida que esses contextos sofrem modificações, as relações entre sexualidade e educação precisam ser (re)discutidas, com urgência, no intuito de concretizar os objetivos de formação crítica e reflexiva nas escolas.

Desta forma, buscou-se com esta pesquisa identificar como o tema sexualidade é apresentado e qual é a delimitação proposta para trabalhá-lo no Ensino Fundamental. Analisando a segunda parte dos PCN, voltada aos saberes a esta etapa de ensino, detectou-se que tal inserção se dava nos quatro ciclos⁴, respeitando o desenvolvimento cognitivo de cada indivíduo e distribuindo temáticas específicas ao longo dos ciclos.

Como uma forma de determinar os conhecimentos necessários aos alunos sobre a temática sexualidade no decorrer dos níveis de ensino, os PCN organizam os temas em duas classificações. Os temas são agrupados, primeiro, como informativo, para oferecer esclarecimento a dúvidas sobre mudanças no corpo durante a puberdade. O segundo grupo é classificado como polêmico, com temáticas sobre relações sexuais. Os assuntos são abordados respectivamente, no período com maiores mudanças na fisionomia e no psicológico dos jovens: a puberdade.

Os conteúdos estão organizados em três eixos temáticos: Corpo - Matriz da Sexualidade; Relações de Gênero e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Apesar de serem os mesmos para os quatro ciclos, eles se distinguem quanto à abordagem da temática, conforme é apresentado no quadro 1. Ressalta-se também a especificação de cada conteúdo nos PCN distribuídos nos componentes curriculares (disciplinas) como tentativa de abranger esse tema no âmbito cultural, político, econômico e social.

Quadro 1: Distribuição dos conteúdos entre os ciclos postos pelos PCN (1997)

Ciclos Conteúdos	Primeiro e Segundo (1º ao 4º ano)	Terceiro e Quarto (5º ao 8º ano)
Corpo: Matriz da sexualidade	Conhecimento e respeito a si próprio, ao corpo e as suas emoções como norteadores para relação saudável com o colega e aumento da autoestima; concepção sobre gravidez, parto, métodos contraceptivos, e etc.	As potencialidades eróticas do corpo – suprimimento de curiosidades quanto ao desejo amoroso a dois, acarretados após a puberdade; os cuidados com o corpo e nas relações sexuais.
Relações de Gênero	Aproximação entre meninos e meninas, no tocante de demonstrar equidade de valorização entre os diferentes papéis, além do respeito pelo outro sexo.*	Estímulo a quebra de estereótipos e paradigmas sociais sobre os distintos comportamentos entre homens e mulheres, tal como intervenção em atos de violência contra mulheres.
Prevenção das DST/AIDS	Conhecimento sobre as DST, com realce na AIDS, maior propagação (contaminação, sintomas, prevenção, tratamento); instigar solidariedade e respeito aos portadores de DST.	Continuidade das ações realizadas no primeiro e segundo ciclo, acrescentando a temática drogas nos métodos de transmissão das DST.

* Os termos “Sexo” e “Doenças” são mantidos no quadro devido este ser uma cópia fiel aos PCN. Entretanto, os termos adequados nos dias atuais seriam “Gênero” e “Infecções”, respectivamente.

Fonte: Volume 10 dos PCN - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (BRASIL, 1997)

Como já mencionado anteriormente, os conteúdos são organizados de acordo com os períodos de mudanças no corpo dos jovens, ocasionadas na puberdade. Nesse sentido, torna-se explícita nos PCN a abordagem da sexualidade nos dois primeiros ciclos com caráter informativo, para esclarecer dúvidas das

4 No período de construção dos PCN, o Ensino Fundamental era organizado em 8 anos.

crianças referentes aos mais variados temas que circundam a sexualidade. A ênfase, majoritária, é dada para a puberdade e nas implicações das mudanças físicas e psicológicas do corpo humano. Percebe-se, portanto, uma perspectiva de biologização da sexualidade, secundarizando as construções sociais.

Posteriormente à puberdade, as dúvidas dos alunos ganham proporções maiores, nas quais os PCN consideram como conteúdos polêmicos, implicados de suas preocupações e ansiedades, resultantes das visualizações de ações sociais. Inicia-se a abordar temas ainda considerados como proibidos de diálogo, com presença de preconceitos e tabus na sociedade, a saber, aborto, erotismo, relações sexuais, homossexualidade, dentre outros assuntos nos dois últimos ciclos.

Além disso, é possível constatar também, ao longo do texto, a abordagem da sexualidade e diversos temas que a circunda. Entretanto, estudos de análise dos PCN, como os de Marcondes (2012), Palma et al. (2015), afirmam que os PCN, assim como os demais documentos oficiais da educação, necessitam de abordagem mais profunda sobre a temática sexualidade no que rege ao tema diversidade sexual. Haja visto que o documento citado enfatiza mais a sexualidade no âmbito biológico e cis-heteronormativo. Para esses autores, o destaque na biologização da sexualidade implica na intensificação de considerar esses aspectos como modelos para a sexualidade humana, excluindo outras faces dessa temática.

É precípuo detalhar dentro deste contexto as faces da sexualidade mencionadas anteriormente. Essas incidem na identidade gênero e orientação sexual, sendo a primeira correspondente a forma de identificação do sujeito como masculino, feminino, ambos ou nenhum dos gêneros. Enquanto a segunda, a orientação sexual, corresponde a forma de vivência da sexualidade, podendo ser com o mesmo sexo, com o sexo oposto, com ambos ou nenhum dos sexos (LOURO, 1997). Dessa forma, torna-se relevante a apropriação pelos professores das diferenciações de termos e conceitos para abordá-los de forma adequada com seus estudantes.

Indo ao encontro da apropriação de informações pelos professores, outro importante ponto incide na formação docente, para todas as disciplinas. No entanto, destaca-se a formação para os professores de Ciências da Natureza, que aborda a temática no âmbito morfofisiológico do corpo humano, devendo adequar-se as explicitações dos PCN. Essa formação, como descrito por Lira e Jofili (2010), contribui até mesmo na compreensão da transversalidade.

De acordo com Altmann (2013), é importante o posicionamento das instituições de ensino superior acerca da necessidade de uma formação docente que contemple as múltiplas vertentes da sexualidade, tendo esse tema um caráter social de suma relevância. Essa realidade é descrita nos estudos de Santos e Santos (2019), no qual discorrem da necessidade do investimento na formação de professores para aprofundarem suas concepções sobre gênero e sexualidade. O investimento na formação de professores evitaria equívocos provocados por (pré)conceituações e interpretações errôneas a respeito da sexualidade. Entretanto, os cursos de licenciatura, como os de Ciências Biológicas, ainda carecem da ampliação desta abordagem, na qual se encontra centralizada em assuntos morfofisiológicos do corpo humano. Essa conjuntura provoca que se negligencie as dimensões afetivas e prazerosas (HAMES; KEMP, 2019).

Em suma, identifica-se as decisões de inclusão do tema sexualidade no currículo escolar logo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em modelo transversal. Contudo, a realidade quanto aos temas transversais, inclusive o de orientação sexual, incidiu na sua agregação exclusiva a um componente curricular, desvinculando-se das múltiplas abordagens da sexualidade (WENCESALU; SILVA, 2017). Em

alguns relatos de aplicação da transversalidade no ambiente escolar, esta ocorre em momentos cabíveis de improviso durante as aulas, sem planejamento pelos professores, o que gera lacunas em tal proposta dos documentos governamentais (PARRILLA, 2015).

Os relatos descritos intensificam as problemáticas pontuadas por Andrade (2015), ao identificar que nas escolas há a falta de materiais e estruturas que atendam a diversidade sexual, como uma organização curricular e livros didáticos voltados a este público. Além da ausência de reconhecimento das distintas identidades de gênero, como por exemplo as travestis, que não são chamadas pelo nome social durante a frequência e são proibidas de utilizarem os banheiros femininos. Isso representa a reprodução de paradigmas conservadores em um ambiente de formação cidadã, sobretudo, com propósito de promover o respeito aos distintos sujeitos e comportamentos.

Outra forma de discriminação à diversidade sexual e de gênero está nas ações entre colegas nas escolas. A violência contra sujeitos não héteros ou não cis pode ser expressa verbal e/ou fisicamente. Sarcasmo, exclusão e até mesmo “palavrões” de cunho homofóbico e depreciativo a diversidade sexual, são gestos normalizados pelos agressores como brincadeiras, mas que afetam o comportamento destas pessoas no ambiente que deveriam se sentir seguras e bem-vindas (REIS; CARVALHO, 2017).

As descrições são preocupantes em virtude do modo de tratamento da diversidade sexual nos espaços escolares. Rios, Dias e Brazão (2019, p. 798) mencionam que as instituições de ensino da atualidade, no que tange às abordagens de gênero, “continuam produzindo e reproduzindo práticas pedagógicas excludentes, como castigos, privações, xingamentos e humilhações, para que a heteronormatividade seja compreendida como a única possibilidade humana de se viver a sexualidade e o gênero”. Sob este prisma, os autores mencionam as distintas condutas, nas escolas, para padronizações sexistas em atividades pedagógicas, na distribuição de brinquedos e objetos com determinadas cores exclusivas para os meninos e as meninas, na seleção de brincadeiras, entre outras atividades.

Neste contexto, diversos sujeitos sociais adentraram em instituições de ensino básico que não possuem condições adequadas para contemplarem, no currículo, as suas particularidades, experiências e saberes. Destaca-se a gravidade do problema, uma vez que as escolas não podem ignorar a pluralidade dos indivíduos nelas presentes, especialmente, no que se refere às organizações curriculares. No entanto, o atual cenário abrange apenas um modelo social, considerado como cis-heteronormativo (LIMA et al., 2019).

As premissas surpreendem devido esta realidade ainda fazer parte do contexto escolar, mesmo que às proposições governamentais incitem o ensino de sexualidade nas escolas, e por isso, espera-se a abrangência deste tema pelas instituições de ensino básico. Há a orientação da abordagem da temática também pelo/no ensino superior, visto que este último possui autonomia para inclusão e/ou ausência de propostas curriculares (SOARES; MONTEIRO, 2019), podendo intervir na precária abordagem da temática sexualidade nas escolas.

Diante das prerrogativas, observamos, até o presente momento, a apresentação da sexualidade no PCN orientação sexual. Como visto, torna-se necessário intensificar as políticas públicas educacionais com o intento de potencializar os discursos voltados à sexualidade, principalmente, para naturalização dos discursos relacionados a tal tema. Deve-se buscar o efetivo atendimento das propostas educacionais a serem inseridas nas escolas. Seguindo o presente contexto, o Ministério da Educação (MEC) elabora mais um documento governamental para a Educação contendo divisões de conteúdos e com modificações para

o Ensino Básico, levando-nos a questionar, novamente, as explicitações, propostas e delimitações do tema sexualidade. As respostas a estas indagações estão descritas no próximo subtópico.

A Base Nacional Comum Curricular e o enfraquecimento na consolidação da cidadania

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tal como os PCN, também não foi homologada a partir de contribuições democráticas. Embora, a priori, a construção da BNCC tenha se dado por diversas contribuições de sujeitos sociais, representando criação democrática, depois foi tomada por uma elaboração autoritária com representantes da iniciativa privada, contendo religiosos ou não, e do governo. Esta realidade indica características privatistas e empresariais assumidas para a produção do documento (CURY; REIS; ZANARDI, 2018).

A BNCC homologada em 2017, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e atualizada em 2018 para o Ensino Médio, surgiu como uma normativa no intuito de proporcionar a equidade no ensino em todas as escolas nacionais. Desde então, se constitui como a referência principal na produção do currículo das escolas brasileiras, abrangendo diversos assuntos da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Relacionado a equidade, há diversas discussões acerca da adoção deste modelo, visto que a proposta de padronização curricular, no Brasil, resulta na diminuição das oportunidades educacionais pelos estudantes e da autonomia docente. Além de desconsiderar divergências locais étnicas, sociais, culturais, econômicas e políticas, consideradas de suma relevância para abordagem em sala de aula (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2016). Ainda sobre tal problemática, destaca-se também a importância em respeitar a pluralidade de ideias e distintas realidades presentes no país, o que não é cumprido como mencionado anteriormente.

Divergente dos PCN, a BNCC possui apenas um único volume contemplando as informações de todas as áreas do conhecimento. Em seus relatos iniciais, ela apresenta as justificativas legais da sua produção; os fundamentos pedagógicos para o desenvolvimento de competências; os acordos interferedativos para sua elaboração e o seu papel no auxílio da construção curricular de municípios e estados (BRASIL, 2017). Nesta seção inicial, é exibido igualmente as propostas de temáticas transversais e, em seguida, as áreas dos conhecimentos com suas divisões de conteúdo.

As contextualizações dos conteúdos, nos dois documentos, também são diferentes. Enquanto nos PCN os assuntos eram expostos acompanhados pelas justificativas de inserção do tema, pelos objetivos principais de aprendizagem e pela exemplificação de metodologias de ensino para trabalhar com os alunos, a BNCC apresenta apenas os conteúdos e objetivos a serem atingidos ao longo dos anos do Ensino Fundamental. Assim, o foco do segundo documento torna-se atingir habilidades e competências proporcionadas por cada área do conhecimento. Dirigindo-nos, a priori, sobre a abordagem da sexualidade, verifica-se a ausência da transversalidade desta temática no decorrer da BNCC.

Ao analisar os conteúdos explicitados pela BNCC para o Ensino Fundamental, identifica-se um recorte no ensino de sexualidade, o qual passa a ser abordado somente na área de Ciências da Natureza (disciplina de Ciências), no 8º ano. O que implica uma mudança brusca na inserção deste tema nos documentos oficiais, saindo do contexto de todos os anos e disciplinas da etapa de Ensino Fundamental, para ser inserido apenas em um único ano escolar, dentro do âmbito de um exclusivo componente curricular.

As limitações no currículo das escolas, segundo Arroyo (2011), são frutos de um forte conservadorismo atrelado em componentes das instituições de ensino, como normas, diretrizes, avaliações, entre outros. Há ainda o agravante da legitimação de materiais didáticos de cunho racistas e sexistas, intensificando a ausência da abordagem da sexualidade em seus diferentes aspectos. Essa visão conservadora é resultante, em maior parte, de acordo com Sepulveda e Sepulveda (2016), das ações de bancadas religiosas pertencentes às Assembleias Legislativas do Brasil. Este cenário fragiliza a laicidade que compõe a Educação e o Estado.

Essa fragilização da laicidade detectada em gestões anteriores do Brasil, é intensificada em algumas falas dos ministros do atual governo de 2019, entre eles da ministra frente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em seu discurso de posse ao cargo, a ministra discorreu que “o estado é laico, mas a ministra é terrivelmente cristã”. No dia seguinte a sua posse, fomentou um discurso de paradigma sexista ao afirmar que “menino veste azul e menina veste rosa”. Isso corrobora a presença religiosa nas decisões legislativas, bem como na implantação e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a ações conservadoras em prol da manutenção da família tradicional e na potencialização da exclusão e discriminação aos LGBT+, na sociedade.

As premissas apontam a necessária urgência de asseguramento do princípio laico na educação, gerando respeito às diversidades sexuais, visto que a efetivação de “uma sociedade terrivelmente cristã” nunca será uma sociedade democrática, incluyente e emancipatória (MARANHÃO F; FRANCO, 2019, p. 297). Estes discursos e práticas conservadoras têm se tornado um retrocesso dentro da nossa sociedade, que tem perpassado e dado visibilidade a tantas transformações históricas e culturais (LOURO, 2008). O que torna necessária a discussão em todos os espaços sociais, inclusive nos de maior interação entre os jovens: as escolas.

De acordo com Santos e Godoy (2019), as instituições de ensino, além de caráter formativo, são caracterizadas como um espaço social, contendo uma pluralidade de sujeitos e comportamentos, nos quais são refletidos na sociedade. Logo, a escola abrange as desigualdades sociais e os diálogos conservadores. Desta forma, torna-se necessária a abordagem dos mais variados aspectos da sexualidade, nas propostas curriculares, para desenvolver o respeito entre os sujeitos. Porém, segundo as pesquisas elencadas no subtópico anterior, à proposta de respeito aos diversos sujeitos não têm tido êxito de inserção nos espaços escolares.

Seguindo as prerrogativas, o quadro 2 apresenta a proposta da sexualidade no documento da BNCC, acompanhado das habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes a partir da determinação dos objetos de conhecimento explícitos na unidade temática vida e evolução.⁵

Uma ressalva se faz na forma de apresentação dos assuntos, os objetos de conhecimento. Estes estão apresentados de forma específica e não com uma proposta geral, o que fugiria de uma possível separação e centralização de conteúdo. Diante destas delimitações, considera-se o atual momento como um período de desvio nas políticas curriculares educacionais brasileiras. Embora o currículo sempre tenha sido alvo de centralização no Brasil, ele nunca chegou a determinar os assuntos a serem tratados especificamente em todas as disciplinas e nos anos da Educação Básica em todo o país (MACEDO, 2019). As proposições apontam a perspectiva de um país hegemônico, desconsiderando as realidades de diversos indivíduos.

5 Na área de Ciências da Natureza, a BNCC divide os conteúdos em três unidades temáticas ao longo de todo o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano): **Matéria e Energia; Vida e Evolução; e Terra e Universo.**

Quadro 2: Abordagem do tema sexualidade na BNCC (2017)

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO
VIDA E EVOLUÇÃO	Mecanismos Reprodutivos
	Sexualidade
Habilidades	
(EF08CI08) ANALISAR E EXPLICAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORREM NA PUBERDADE CONSIDERANDO A ATUAÇÃO DOS HORMÔNIOS SEXUAIS E DO SISTEMA NERVOSO.	
(EF08CI09) COMPARAR O MODO DE AÇÃO E A EFICÁCIA DOS DIVERSOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E JUSTIFICAR A NECESSIDADE DE COMPARTILHAR A RESPONSABILIDADE NA ESCOLHA E NA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO MAIS ADEQUADO À PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ PRECOCE E INDESEJADA E DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST).	
(EF08CI10) IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS, MODOS DE TRANSMISSÃO E TRATAMENTO DE ALGUMAS DST (COM ÊNFASE NA AIDS), E DISCUTIR ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE PREVENÇÃO. (EF08CI11) SELECIONAR ARGUMENTOS QUE EVIDENCIEM AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA SEXUALIDADE HUMANA (BIOLÓGICA, SOCIOCULTURAL, AFETIVA E ÉTICA).	

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017)

Observa-se a não constatação no documento a referências explícitas sobre os temas identidade de gênero e orientação sexual, o que intensifica a falta do diálogo sobre essas temáticas em sala de aula. Comparada aos PCN, identifica-se também recortes, na BNCC, não apenas nos métodos da abordagem em disciplinas e anos educacionais, mas quanto a conteúdos transversais, tais como: suprimento de dúvidas sobre relação sexual, estímulos a quebra de estereótipos entre homens e mulheres, e outros fatores.

É relevante destacar também a continuidade da abordagem da sexualidade centrada nos aspectos biológicos e com perspectiva cis-heteronormativa. Mesmo com a oferta da sexualidade humana em âmbitos socioculturais, afetivos e éticos, ela gira em torno da seleção de argumentos, os quais podem levar os alunos a respeitarem essas múltiplas dimensões e não na construção dos próprios conhecimentos. Outra vertente se encontra no tempo para trabalho dessas temáticas em sala de aula, visto que compete com outras habilidades a serem trabalhadas sobre sexualidade e conteúdos anuais. Os enunciados denotam profundos silenciamentos da sexualidade na BNCC, sendo agravados no tratamento superficial dos Direitos Humanos ao longo do texto (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019).

A ocorrência deste recorte na disciplina de Ciências torna-se problemática, em virtude de considerar a sexualidade em aspectos científicos com viés apenas em conteúdo de Biologia, Medicina e Fisiologia, como destacado por Bordini (2012). Assim, é preciso analisar os assuntos em destaque, visto a urgência da discussão sobre sexualidade e seus aspectos nas escolas, além da naturalização social de conversar sobre o tema. De acordo com Lima et al. (2019), é preciso a realização do ensino de sexualidade pautado na vivência dos alunos, na qual tornam-se sujeitos arraigados em todos os aspectos de conhecimento da temática.

Indo ao encontro da despatologização da sexualidade, Souza Júnior (2018) compreende a sua construção como algo histórico, cultural e social, e não apenas biológico como apontado pela BNCC e outros documentos oficiais. Para esse autor, as propostas de discussão sobre sexualidade vêm diminuindo ao longo do tempo, sendo iniciadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em 2015 e continuadas pela BNCC em 2017, o que implica em exclusão de um grupo de sujeitos não atendidos em estudo na Educação Básica, como destacado por Andrade (2015). Tal realidade intensifica as problemáticas vistas no subtópico dos PCN relacionadas à falta de reconhecimento e às condições inadequadas de convivência

nas escolas com a diversidade sexual, o que poderia ser revertido com propostas mais consolidadas para o público em evidência.

Complementarmente, Nicolazzi (2016) cita outro fator de limitação para a atuação do professor, como o projeto Escola Sem Partido (ESP). O ESP ganhou maiores proporções nos últimos anos, visando a proibição das escolas de contradizerem às convicções morais das famílias dos alunos. Neste sentido, os professores não podem mencionar acerca da sexualidade em suas aulas, considerando isso como uma “ideologia de gênero” e instiga os alunos a homossexualidade.

A realidade do ESP também é fruto do conservadorismo social, já citado anteriormente. Este projeto surgiu no ano de 2004, mas sem forças passou a ser desconhecida e sem apontamentos de preocupação. A partir de 2014, emergiram novos relatos sobre a proposta, sendo intensificada com o envio de projetos à Câmara dos Deputados para adesão nas instituições de ensino, denotando o profissional docente como doutrinador dos alunos, principalmente, no âmbito da sexualidade e da identidade de gênero. Nesta condição, o ESP surge como uma forma de intervir nessas consideradas “ideologias de gênero”, caracterizando-se como neutro, o que diverge, na prática, ao potencializar a visão conservadora e o retrocesso nos avanços obtidos ao longo dos anos, entre eles relacionados aos direitos humanos (MANHAS, 2016).

Em seus relatos, Gadotti (2016) conceitua o ESP como um projeto de retirada da liberdade de expressão docente, uma vez que limita suas falas bem como o proíbe de problematizar sobre a realidade atual da sociedade. Essa vertente é problemática não só no contexto político, que busca minimizar os discursos sobre sexualidade nas instituições de ensino, mas também desrespeita a diversidade cultural presente na nossa sociedade em que pessoas buscam expressar as suas subjetividades sem serem discriminadas. Nesta perspectiva, o ESP potencializa as limitações de diálogo sobre sexualidade nas escolas.

Em 2018, o ESP foi arquivado, mas as falas sobre o combate à “ideologia de gênero” voltaram à tona no discurso do presidente em posse no ano de 2019 e por alguns de seus ministros, entre eles o primeiro, empossado em janeiro, da Educação. Este rotulou instituições de ensino como sementeiras da diversidade sexual, desconsiderando a diversidade como parte do desenvolvimento humano.

Esse acompanhamento é destacado nos trabalhos de Foucault (1988), o qual considera a sexualidade como dispositivo histórico cuja sua compreensão é indicada pela construção de saberes sobre o corpo e as relações sociais. Complementarmente, o autor corrobora sobre a inserção deste fator nas escolas e nos espaços de sociabilidade como sendo relevante para a compreensão da construção da sexualidade e de suas dimensionalidades ao longo da história, e não como influenciadora para moldagem do comportamento humano.

Em seus estudos, Maia (2017) concorda com as falas anteriores e complementa quanto a necessidade da presença de todos os âmbitos da sexualidade na educação, como uma forma atender as diversidades sexuais presentes no nosso cotidiano. Também é preciso pensar nossos papéis como cidadãos e refletir sobre a perduração das dificuldades de inserção concreta da sexualidade ainda em pleno século XXI. Logo, inserir a temática sexualidade em todos os espaços sociais e, especialmente, nas escolas possibilita naturalizar tais discussões tão essenciais no desenvolvimento humano.

Considerações Finais

A sexualidade apresenta primordial importância para discussão em sala de aula, visto a relevância desta temática na consolidação da cidadania de jovens a serem inseridos na sociedade como adultos. Entretanto, para as escolas inserirem este tema no currículo, torna-se necessário o incitamento de reformas educacionais no intuito de estabelecer diretrizes que contemplem essa temática. Nesta perspectiva, essa pesquisa investigou duas propostas governamentais para a educação na tentativa de identificar como a sexualidade tem sido inserida no Ensino Fundamental de acordo com os PCN e a BNCC.

Foi possível constatar divergências ao longo dos dois documentos. Os PCN apresentam a sexualidade de forma contextualizada junto à necessidade da sua inserção no currículo escolar numa perspectiva transversal. Por sua vez, a BNCC exhibe outra vertente ao suprimir a transversalidade nas disciplinas e ao alocar a temática sexualidade a um único componente curricular e ano escolar específico. Há a falta de interesse no acompanhamento da temática sexualidade no decorrer das etapas de ensino e transformação no corpo dos jovens durante a puberdade. Isso é explicado através do conservadorismo que tem implicado em sérias modificações no sistema educacional brasileiro.

É interessante destacar, até mesmo para compreender as implicações da retirada de conteúdos na BNCC, o contexto histórico de abordagem da sexualidade. Como descrito nos PCN, a motivação para integrar o tema em evidência emergiu a partir da constatação de números alarmantes de jovens engravidando precocemente, os altos índices de IST, as taxas elevadas de feminicídio, dentre outros fatores. Seguindo essa linha de raciocínio, ao retornar à introdução do presente trabalho, observamos dois destaques alarmantes ainda nos dias atuais: os elevados números de violências contra às mulheres e de mortes por assassinato ou suicídio de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (LGBT+). Essa realidade intensifica a necessidade de debater nas instituições de ensino sobre discriminação aos paradigmas sociais e respeito à diversidade sexual.

Dessa maneira, identifica-se um retrocesso na exposição dos conteúdos sobre sexualidade, pois mesmo com a abordagem do PCN referente à temática, alguns temas não foram contemplados de forma aprofundada por ele, como assuntos relacionados à diversidade sexual e identidade de gênero. Percebe-se uma continuidade e reforço excludente desses aspectos nos debates educacionais acerca da sexualidade, enfatizando apenas o modelo cis-heteronormativo.

Nessa mesma direção, a BNCC, mesmo instigada pela realidade atual a debater essa temática, omite tais informações e retira outros assuntos transversais de urgência para discussão na Educação Básica, pautando profundamente a sexualidade em âmbito morfofisiológico. Intensificando as problemáticas aqui apresentadas, identifica-se que a BNCC, homologada em 2017, está em sintonia com uma parcela dos congressistas empossados em 2019, os quais consideram essa abordagem como impulsionadora de uma “ideologia de gênero”, e assim a sua exclusão no currículo das escolas se torna necessária, segundo suas percepções.

Diante do exposto, observa-se que a BNCC contempla uma visão conservadora presente em nossa sociedade, identificada até mesmo diante constatação da produção privada do documento, o que instiga na aplicação de ideologias dos elaboradores. Outra problemática dentro deste processo incide na proposta do projeto ESP, potencializando as limitações das abordagens dos conteúdos nas escolas, justificado por evitar doutrinação pelos docentes, enquanto o documento apresenta um conjunto de ideias sem neutralidade.

Por fim, destacamos a importância desse estudo para analisar as situações atuais e discorrer sobre as mudanças nos currículos da Educação Básica, a fim de compreender as problemáticas da retirada dos

O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da Sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso em documentos oficiais

conteúdos que circundam a sexualidade do currículo escolar como uma forma de refletir sobre os necessários assuntos no Ensino Fundamental. Compreende-se que essa omissão curricular dificulta combater atitudes preconceituosas arraigadas em nossa sociedade. Desse modo, compreendemos a sexualidade como algo inerente à vida humana, atravessando os aspectos biológicos significados pela sociedade e abrangendo os âmbitos histórico e cultural, uma vez que esses se fazem presentes na construção social.

Referências

- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação de professores. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latinoamericana**, n. 13, p. 69-82, 2013.
- ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 279f. 2015. Tese de doutorado. UFC: Fortaleza- CE, 2015.
- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BERALDO, F. N. M. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 7, n. 1, p. 103-104, 2003.
- BORDINI, S. C. O lugar da educação para a sexualidade na disciplina de ciências e suas relações com saber científico. **Revista Contexto & Educação**, v. 27, n. 88, p. 62-76, 2012.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, Ministério da Educação (MEC), 2017.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 01 de jan. de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jan. 2019.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação Sexual**. v. 10. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.
- CARDOSO, F. A.; SILVA, A. J. F.; SILVA, P. S. Uma Análise dos PCN Orientação Sexual Dezoito Anos Depois. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 11, n. 28, p. 211-225, 2016.
- CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2014.
- CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo, SP: Cortez, 2018.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1988.
- GADOTTI, M. A escola cidadã frente ao “escola sem partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo, SP: Ação Educativa, 2016.
- GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 648-669, 2014.
- HAMES, C.; KEMP, A. T. Diversidade de Gênero e Sexualidade no processo formativo docente. **Revista Insignare Scientia**, v. 2, n. 1, p. 67-74, 2019.

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- LIMA, A. M. P. Uma análise crítica dos documentos oficiais que prescrevem o trabalho do professor. **Revista do GELNE**, v. 12, n. 1/2, p. 115-126, 2010.
- LIMA, E.; FERREIRA, E. S.; QUADRADO, J. C.; SANTOS, T. C. P. Gênero, sexualidade e currículo: problematizando a permanência de alunos LGBTTIQ na escola. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4, p. 1-20, 2019.
- LIRA, A.; JOFILI, Z. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes?. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 22-41, 2010.
- LOPES, A. C.; MACÊDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2018.
- MACEDO, E. F. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 39-58, 2019.
- MAIA, M. M. M. **Gênero no contexto escolar da educação infantil: produções institucionais (RECNEI e BNCC)**. 98f. 2017. Dissertação de mestrado. UFMA: São Luís- MA, 2017.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.
- MANHAS, C. Nada mais ideológico que a “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo, SP: Ação Educativa, 2016.
- MARANHÃO Fº; E. M. A.; FRANCO, C. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, p. 297-337, 2019.
- MARCONDES, M. A diversidade em debate: uma análise da sexualidade proposta na educação. **LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2012.
- MARTINS, R. R.; CASTRO, R. M. M. Diversidade sexual e de gênero no contexto escolar: conceitos, políticas públicas e função da escola. **Revista Profissão Docente**, v. 16, n. 34, p. 128-138, 2016.
- MEDEIROS, E. A.; AMORIM, G. C. C. Análise textual discursiva: dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 3, p. 247-260, 2017.
- MORAES, R.; GALLIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.
- MOTT, L.; MICHELS, E.; PAULINHO. **Pessoas LGBT mortas no Brasil**. Bahia, BA: GGB, 2019.
- NERY, I. S.; FEITOSA, J. J. M.; SOUSA, A. F. L.; FERNANDES, A. C. N. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e filhos. **Acta Paul Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 287-292, 2015.
- NICOLAZZI, F. F. Qual o partido da escola sem partido? **Revista do LHISTE**, v. 3, n. 5, p. 82-85, 2016.
- PALMA, Y. A.; PIASON, A. S.; MANSO, A. G.; STREY, M. N. Parâmetros Curriculares Nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da Sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso em documentos oficiais

- PARRILLA, M. B. **Temas transversais: um estudo sobre as representações sociais docentes**. 167f. 2015. Dissertação de mestrado. Universidade de Taubaté: Taubaté, SP, 2015.
- PORTELA, Y. M. A. Os Parâmetros Curriculares Nacionais no cenário das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras. **Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José**, v. 1, n. 1, p. 44-55, 2013.
- REIS, A. F.; CARVALHO, G. Z. Bullying escolar: a violência e preconceito nas formas do bullying entre estudantes do ensino fundamental em Campo Grande, MS. **Multitemas**, v. 22, n. 51, 69-89, 2017.
- RIOS, P. P. S.; DIAS, A. F.; BRAZÃO, J. P. G. “Lembro-me de querer andar durinho, como se diz que homem deve ser”: a construção do corpo gay na escola. **Revista Exitus**, v. 9, n. 4, p. 775-804, 2019.
- RIOS, P. P. S.; DIAS, A. F.; VIEIRA, A. R. L. Ensino de artes, relações de gênero, sexualidade e diversidade sexual: narrativas de estudantes gays. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 15, n. 1, p. 98-118, 2019.
- SÁ, B. G. Corpo, gênero, sexualidade e a construção social dos indivíduos. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 3, n. 2, p. 10-19, 2016.
- SANTOS, C. F.; SANTOS, R. M. R. Desafios na formação docente em diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, v. 29, n. 60, p. 140-161, 2019.
- SANTOS, L. L. C. P.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 36, n. 100, p. 281-300, 2016.
- SANTOS, M. O. P.; GRELIN, D. M. Violências Invisíveis: o não óbvio em evidências. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**, São Paulo, SP: FBSP, 2017.
- SANTOS, M. R. N.; GODOY, E. A. Família e escola: a construção da homofobia no Brasil. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-62, 2019.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. Diálogos sobre sexualidade na família: reflexões a partir do discurso de meninas. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 76, p. 57-67, 2014.
- SEPULVEDA, J. A. M.; SEPULVEDA, D. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revista Teias**, v. 17, n. 47, p. 141-154, 2016.
- SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015.
- SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero:(des) caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019.
- SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305 2019.
- SOUZA JUNIOR, P. B. A Questão De Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual na Atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Movimento LGBTQIJS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.
- WENCESLAU, M. E.; SILVA, F. C. T. Temas transversais ou conteúdos disciplinares? Cultura, cidadania e diferença. **Interações**, v. 18, n. 4, p. 197-206, 2017.